

Irã amplia ataques após ultimato de Donald Trump e de árabes

Teerã atinge refinarias e porto de exportação saudita no mar Vermelho é fechado

Reuters/ Folhapress

O Irã ampliou o escopo de seus ataques à infraestrutura energética dos vizinhos nesta quinta-feira (19), após receber um ultimato do presidente Donald Trump e de países árabes e islâmicos reunidos em Riad, na Arábia Saudita.

Em seu vigésimo dia, a guerra do Oriente Médio iniciada pelo americano e por Israel toma contornos dramáticos no setor energético, com o preço do gás no mercado europeu chegando a subir 35% nesta manhã, antes de se estabilizar numa alta de 15%.

O petróleo, que já vinha em alta devido ao virtual fechamento do estreito de Hormuz, quase bateu nos US\$ 120 o barril referencial Brent.

Na noite de quinta (18) e nesta madrugada, a teocracia empreendeu uma grande retaliação após Israel atingir com força instalações iranianas de extração de gás natural nos 40% que o Irã controla do maior campo do produto do mundo, cujos outros 60% são do Qatar.

A ação foi direcionada principalmente ao emirado, maior produtor do gás natural liquefeito. O alvo foi o centro de processamento e embarque da commodity de Ras Laffan, que foi incendiada. Segundo a estatal QatarEnergy, “os danos foram extensos” e a produção, paralisada desde o dia 2, não tem data para ser retomada.

Ras Laffan é o principal ponto de exportação da commodity no



Trump ameaça explodir maior campo de gás do mundo se houver nova ação contra o Qatar

mundo, com 19% do mercado. China e Índia são os principais destinos do gás de lá.

Na noite de quinta, Trump escreveu que Israel não iria mais atacar o campo iraniano, que no país é chamado de Pars Sul. Mas ameaçou. “Se o Irã decidir de forma imprudente atacar os muito inocentes, no caso o Qatar, [...] os EUA vão, com ou sem a ajuda ou o consentimento de Israel, explodir maciçamente a totalidade do campo de gás de Pars Sul”, disse o republicano na Truth Social.

Após a postagem de Trump, com Ras Laffan já tomada por labaredas desde o ataque anterior, os iranianos ainda não voltaram a atacar aquele ponto específico, mas ampliaram suas ações para novos alvos.

Pela primeira vez, alvejaram com drones o porto de Yanbu, no mar Vermelho, que é o único terminal de exportação da Arábia Saudita que dribla o gargalo do estreito de Hormuz, no golfo Pérsico, que o Irã fechou na prática com a guerra. A operação foi paralisada por algumas horas.

Em Yanbu chega o oleoduto Leste-Oeste, construído em 1981 justamente para evitar que os sauditas ficassem sem exportar seu principal produto devido às ameaças em Hormuz durante a Guerra Irã-Iraque (1980-88). Ele foi reativado para operar com capacidade máxima agora, em meio à turbulência do mercado.

Também foi atingida uma refinaria da estatal Saudi Aramco perto de Riad. Drones também atingiram das unidades de refino no Kuwait, e

um projétil provavelmente iraniano acertou um navio ancorado perto dos Emirados Árabes Unidos.

A crise fez com que 12 países árabes e islâmicos se reunissem na capital saudita para emitir o seu ultimato ao Irã. O comunicado pede que Teerã pare de atacar os vizinhos, “que se reservam o direito de se defender”.

Até aqui, os países atacados apenas tentam abater mísseis e drones, evitando entrar na guerra em si ao lado de americanos e israelenses. “O Irã até aqui não entendeu ou não quis entender a mensagem”, afirmou o chanceler saudita, príncipe Faisal bin Farhan.

Durante a noite, quatro pessoas morreram em Israel atingidos por destroços de drones e mísseis: três palestinos e um tailandês que trabalhava no país.

Do lado de quem começou o conflito, os ataques contra posições no Irã continuaram. Trump causou irritação na mídia de Israel ao dizer que não sabia do bombardeio do Estado judeu contra Pars Sul, dado que diversas autoridades do país confirmaram anonimamente que a ação foi coordenada com os EUA.

Tel Aviv também prossegue com suas ações no Líbano, onde opera por terra no sul e segue bombardeando posições do grupo extremista Hezbollah, aliado de Teerã.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Relatório da ONU aponta desigualdade de gênero no acesso à água

As desigualdades de gênero continuam a comprometer a segurança hídrica mundial, afetando de maneira desproporcional mulheres e meninas. Apesar de serem as principais responsáveis pela coleta de água, elas continuam excluídas da gestão e dos cargos de liderança no setor hídrico.

Esta é a conclusão do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, publicado nesta quinta-feira (19) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em nome da ONU-Água.

O relatório aponta que as mulheres são responsáveis pela coleta de água em mais de 70% dos domicílios rurais sem acesso a esse tipo de serviços.

O diretor-geral da Unesco, Khaled El-Enany, avalia que garantir a participação das mulheres na gestão e na governança hídrica é um fator fundamental para o progresso e para o desenvolvimento sustentável.

“Devemos intensificar os esforços a fim de proteger o acesso de mulheres e meninas à água. Este não é apenas um direito básico, pois quando as mulheres têm acesso igual à água, todos se beneficiam”, afirmou El-Enany.

Para o presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e presidente da ONU-Água, Alvaro Lario, é hora de reconhecer plenamente o papel central das mulheres e das meninas nas soluções relacionadas à água.

“Precisamos de mulheres e homens que administrem a água lado a lado, como um bem comum que fornece benefícios a toda a sociedade”, disse Lario.

O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos é divulgado anualmente no contexto do Dia Mundial da Água, celebrado no domingo (22). O estudo deste ano alerta que 2,1 bilhões de pessoas ainda não contam com água potável

administrada de forma segura, sendo que as mulheres e meninas são as mais afetadas.

Segundo a ONU, por serem na maioria das vezes as responsáveis pela coleta e gestão da água em suas residências, mulheres e meninas estão expostas a esforço físico, perda de acesso à educação e aos meios de subsistência, riscos à saúde e maior vulnerabilidade à violência de gênero, especialmente nos locais em que os serviços não são seguros ou são pouco confiáveis.

Segundo o estudo, mundialmente, todos os dias, mulheres e meninas passam um total de 250 milhões de horas coletando água, tempo que poderia ser dedicado à educação, ao lazer ou a atividades de geração de renda. Meninas menores de 15 anos (7%) têm maior probabilidade do que meninos da mesma idade (4%) de buscar água.

Instalações sanitárias precárias afetam mulheres e meninas de maneira desproporcional, especial-

mente em favelas urbanas e áreas rurais. A falta de sanitários e de água para ser usada na higiene menstrual provoca vergonha e absenteísmo: estima-se que, entre 2016 e 2022, 10 milhões de adolescentes (1519 anos), em 41 países, faltaram à escola, ao trabalho ou a atividades sociais em razão das dificuldades de higiene na menstruação.

Apesar de seu papel central na provisão de água para uso doméstico, na agricultura, na preservação de ecossistemas e na resiliência comunitária, as mulheres permanecem sistematicamente sub-representadas na governança, no financiamento, nos serviços e na tomada de decisões do setor hídrico.

Desigualdades de gênero na posse de terras e propriedades impactam diretamente o acesso das mulheres à água. Muitas vezes, os direitos à água estão vinculados aos direitos à terra, o que afeta diretamente a disponibilidade hídrica para usos produtivos, como a agri-

cultura. Leis e regulamentos relativos à propriedade de terra que discriminam mulheres as colocam em uma situação de desvantagem social e econômica. Em alguns países, homens detêm o dobro de terras em comparação às mulheres.

O relatório apresenta recomendações para a promoção de avanços significativos, entre elas: eliminar barreiras legais, institucionais e financeiras aos direitos iguais de mulheres à água, à terra e aos serviços; investir em dados hídrico-ambientais desagregados por sexo, a fim de expor as desigualdades e orientar políticas; valorizar o trabalho não remunerado relacionado à água nos processos de planejamento, precificação e decisões de investimento; fortalecer a liderança e a capacidade técnica das mulheres, especialmente em áreas científicas e técnicas da governança hídrica.

Por Ana Cristina Campos (Agência Brasil)